



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – CAMPUS III
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

JOÃO BATISTA REGIS DA SILVA

**O ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DOS JESUÍTAS AO
PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR**

GUARABIRA – PB
2014

JOÃO BATISTA REGIS DA SILVA

**O ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DOS JESUÍTAS AO
PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de Especialista em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva

Guarabira – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, João Batista Regis da
O ensino médio no Brasil [manuscrito] : dos Jesuítas ao Programa Ensino Médio Inovador / João Batista Regis Da Silva. - 2014.
54 p. nao

Digitado.
Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Luciano do Nascimento Silva, Ciências Jurídicas".

1. Educação. 2. Trajeto Histórico. 3. Ensino Médio Inovador. I. Título.

21. ed. CDD 370

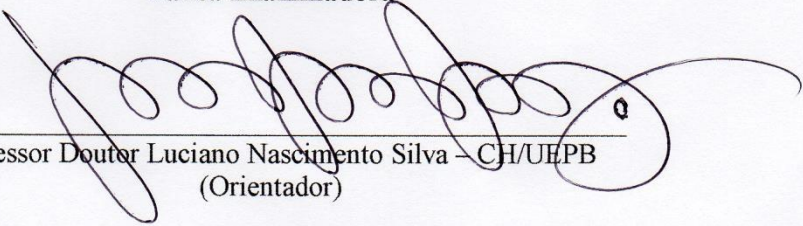
JOÃO BATISTA REGIS DA SILVA

O ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DOS JESUÍTAS AO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de Especialista em Educação.

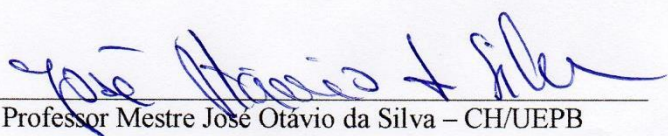
Aprovado em: 6 / de 12 de 2014

Banca Examinadora



Professor Doutor Luciano Nascimento Silva – CH/UEPB
(Orientador)

Professor Mestre Carlos Adriano Ferreira de Lima – CH/UEPB
(Examinador)



Professor Mestre José Otávio da Silva – CH/UEPB
(Examinador)

Dedicatória

A minha família, em especial a minha esposa e aos meus filhos, Vitor Gabriel e Rafael, este no ventre, por ter me doado forças para continuar minha jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Ao Governo do Estado da Paraíba, por ter proporcionado aos professores em efetivo exercício da rede estadual de ensino, a oportunidade de elevar o grau acadêmico em nível de pós-graduação lato sensu, garantindo a todos formação continuada em educação.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Luciano Nascimento Silva, por toda dedicação, competência, paciência e confiança em mim depositada.

Aos professores, Carlos Adriano e José Otávio, pelo incentivo e por aceitar meu convite de fazer parte da banca, além das contribuições enriquecedoras.

Aos professores das disciplinas presenciais, bem como professores e tutores do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Ao coordenador do Curso – Pólo Guarabira, Professor Belarmino Mariano Neto, pela competência e empenho dispendido durante o decorrer do curso.

Aos colegas de curso, em especial aos da sala II – Pólo Guarabira, pelas discussões quase sempre enriquecedoras às nossas atividades, quer sejam acadêmicas quer sejam profissionais.

Aos meus colegas de curso da cidade de Lagoa de Dentro, Carlos Valmir, Ione Michele, Maria de Fátima e Raquel Lima, pela motivação e companheirismo que tanto contribuíram para dar seguimento ao curso.

A todos vocês,
Meus sinceros agradecimentos.

Epígrafe:

Me parece demasiado óbvio que a educação de que precisamos, capaz de formar pessoas críticas, de raciocínio rápido, com sentido do risco, curiosas, indagadoras não pode ser a que exercita a memorização mecânica dos educandos. A que 'treina', em lugar de formar. Não pode ser a que 'deposita' conteúdos na cabeça 'vazia' dos educandos, mas a que, pelo contrário, os desafia a pensar certo.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso teve como escopo precípua fazer uma descrição da educação média do Brasil, observando e relatando a dualidade: mercado de trabalho *versus* ensino superior, bem como educação de elite *versus* classe trabalhadora. Escolhemos alguns teóricos que discutem a problemática do ensino médio em nosso país para embasarem nossas discussões, tais como: Romanelli (2003); Zotti (2004); Aranha (2006), dentre outros. Para alcançarmos nossos objetivos, adotamos como metodologia de trabalho a pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativa e descritiva, para tanto nos ancoramos em pensadores como Oliveira (2005); Marconi e Lakatos (2008); Gil (2009); Fiorentini e Lorenzato (2012), entre outros. Para a coleta de dados nos recorreremos à biblioteca setorial – Campus III – Guarabira e à biblioteca Central – Campus I – Campina Grande, bem como à internet, em especial, aos sites do Governo Federal e do Estado da Paraíba, em busca de documentos e leis que nos norteassem na realização deste trabalho. Finalizamos o trabalho com otimismo em relação à educação média no Brasil, pois esperamos que o Programa Ensino Médio Inovador possa reverter o atual quadro educacional do país, uma vez que se trata de um programa ambicioso e por meio dele as escolas têm a oportunidade de dinamizar a metodologia do Ensino Médio através de integração das disciplinas, possibilitando a comunidade escolar escolher temas, disciplinas, oficinas e projetos de interesse dos alunos para as aulas tornarem-se mais atrativas e dinâmicas.

Palavras-chave: Educação Média. Trajeto Histórico. Ensino Médio Inovador.

ABSTRACT

The present monography had scoped foremost give a description of the average education of Brazil, observing and reporting the duality: the labour market versus higher education, as well as elite education versus working class. We chose some theorists who argue the problem of high school in our country to embasarem our discussions, such as: Romanelli (2003); Zotti (2004); Aranha (2006), among others. To reach our goals, we have adopted as a working methodology to bibliographical research, qualitative and descriptive character, for both we anchored in thinkers like Oliveira (2005); Marconi and Lakatos (2008); Gil (2009); Fiorentini and Lorenzato (2012), among others. For data collecting in the Librarysector we – Campus III – Guarabira and the Central Library-Campus I – Campina Grande, as well as to the internet, in particular, to the sites of the Federal Government and the State of Paraíba, in search of documents and laws that norteessem us in realization of this work. We finish this job with optimism the average education in Brazil, because we hope that the Innovative high school Program can reverse the current educational framework of the country, since it is an ambitious programme and through him the schools have the opportunity to streamline the methodology of high school through integration of disciplines, providing the school community choose themes, disciplines, workshops and projects of interest to students for classes become more attractive and dynamic.

Keywords: Education Average. Historical Path. Innovative High School.

LISTA DE SIGLAS

AID	Agency for International Development
CEFAMS	Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
CEU	O Centro Educacional Unificado
CIEPS	Centros Integrados de Educação Pública
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPC	Centros Populares de Cultura
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MCP	Movimentos de Cultura Popular
MEB	Movimentos de Educação de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAP	Plano de Ação Pedagógica
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PRC	Projeto de Redesenho Curricular
PROFIC	Programa de Formação Integral da Criança
PB	Paraíba
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVOS.....	15
2.1 Objetivo Geral	15
2.2 Objetivos Específicos	15
3. REFERENCIAL TEÓRICO	16
3.1 A Trajetória Histórica da Educação no Brasil.....	16
3.2 Aspectos Históricos do Ensino Médio no Brasil.....	28
3.3 Ensino Médio – da Redemocratização à Contemporaneidade	32
4. METODOLOGIA	38
5. O PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR.....	40
5.1 Aspectos Nacionais	40
5.2 Aspectos Estaduais	45
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
7. REFERÊNCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

Sempre que precisamos decidir qual será o tema de uma pesquisa, de um trabalho monográfico na área educacional, analisamos dentre vários temas aquele que mais nos provoca inquietações, curiosidades e desafia nossa compreensão, além disto, é importante que a escolha contribua para a construção do nosso conhecimento pessoal e social.

Diante do exposto, partimos da premissa que a pesquisa ora realizada é de grande relevância para nós que fazemos parte do meio educacional. E nesse sentido, tínhamos como foco de pesquisa o fracasso escolar, especificamente na disciplina de Matemática, pois vemos e lemos constantemente, artigos científicos e na mídia em geral, notícias do insucesso que aponta a Matemática como a disciplina de maior rejeição entre estudantes e educadores, e tal rejeição leva os alunos a concluírem a educação básica sem o conhecimento necessário para quem passou, pelo menos, treze anos na escola.

No entanto, sabemos que, na maioria das vezes, a vontade de escrever sobre determinado tema encontra dificuldades cotidianas, entre tantas, destacamos os elementos: trabalho em período integral, estudar, pesquisar, entre outros. Outro fator preponderante para não escrevermos sobre o fracasso escolar em Matemática foi que não dispúnhamos de exemplares que nos fundamentassem na biblioteca do Campus III, bem como não tínhamos como fazer pesquisas em outras bibliotecas, pois o tempo tornou-se pouco demais para tantos afazeres.

Eis que nossas pretensões, metas, anseios, acabaram sendo superados e postergamos este tema para um momento menos turbulento. Entretanto, vale lembrar que precisamos lutar por nossos objetivos, dar o primeiro passo e conciliar nossas obrigações com nossos sonhos, para que assim os objetivos traçados sejam alcançados.

Nesse sentido, buscamos outro tema que estivesse mais próximo de nós, decidimos que a questão central desta pesquisa seria investigar os caminhos percorridos pela educação no Brasil, desde o período da colonização até os dias atuais, com foco na constituição do direito à educação integral, de oferta pública, gratuita e laica, sendo, portanto um direito fundamental do cidadão brasileiro, em que o Programa Ensino Médio Inovador surge com objetivos de oferecer a melhoria da qualidade do Ensino Médio nas escolas públicas estaduais, no qual vimos neste programa o atendimento as disposições legais sobre o Ensino Médio, as quais deixam clara a importância da educação integral

como meio de preparar nossos jovens para vida social cidadã, atentos às transformações da sociedade, compreendendo os fenômenos sociais e científicos que permeiam o seu cotidiano, possibilitando, ainda, a continuação de seus estudos.

Sendo assim, para alcançar o problema de pesquisa, o objetivo geral deste trabalho foi de analisar o contexto histórico educacional do Brasil até os dias atuais, voltando-se para o Ensino Médio, com foco no Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI).

A educação brasileira é marcada, historicamente, por um sistema, em que apenas um pequeno grupo social tinha direito aos estudos, a classe dominante. Desde a chegada dos jesuítas, segundo Romanelli (2005) os padres ministravam educação elementar para os índios e brancos em geral, com exceção das mulheres, educação média, para os homens da classe dominante, ao passo que estes continuavam nos colégios preparando-se para o clero, que depois auferiam educação superior e religiosa.

Este tipo de modelo educacional promoveu a propagação das desigualdades sociais, uma vez que, promovia uma distância entre a educação da classe dominante e a educação da classe dominada.

Com a finalidade de atenuar tal dualidade do Ensino Médio e melhorar a qualidade do sistema educacional, ao longo dos anos, foram elaboradas políticas educacionais bastante abrangentes, a exemplo da Lei Orgânica Rivadavia Corrêa, a Reforma Francisco Campos, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (de 1961, 1972 e 1996) e inúmeras outras reformas que trouxeram mudanças significantes para o sistema educacional. Entretanto, não conseguiram sanar a dualidade da etapa final da educação básica.

Ademais, convém ressaltar que os fatos históricos de dualidade e exclusão ao direito à educação não são os únicos motivos para a crise enfrentada hoje pelo Ensino Médio no país. Conforme pesquisas incentivadas pelo Instituto Unibanco (BARROS *et al*, 2011); (SOARES *et al*, 2011), fatores como: pouca atratividade do ensino, evasão, baixa proficiência, defasagem idade-série, um legado ruim no Ensino Fundamental e outros fatores influenciam os problemas na educação do nível médio.

Atualmente, a lei que regulamenta a educação básica é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei número 9.394/96 em conjunto com diversos decretos que buscam a melhoria da educação brasileira.

Mediante a necessidade de promover melhorias no Ensino Médio no Brasil, tornando-o mais atrativo para os estudantes, foi aprovado em 30 de junho de 2009 pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, o programa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), chamado de Ensino Médio Inovador.

Partindo deste contexto, surge o nosso problema de pesquisa. Para uma melhor compreensão dessa pesquisa, o trabalho de investigação foi estruturado e subdividido em seis seções, da seguinte maneira:

A primeira é constituída da parte introdutória, explanando sobre a justificativa da escolha temática, da problemática, dos objetivos e de uma breve ilustração acerca da estruturação desse trabalho.

Em seguida, o Referencial Teórico, no qual trataremos uma contextualização sobre a trajetória histórica e contemporânea da Educação Brasileira, dando ênfase na etapa final da educação básica, mostrando a dualidade educacional, a exclusão de parte da sociedade do direito à educação, bem como nas políticas educacionais promulgadas com finalidade de superação no sistema de ensino brasileiro, embasando-nos em autores como: Zotti, 2004; Romanelli, 2005; Aranha, 2006, dentre outros.

Na terceira seção, apresentaremos a Metodologia empreendida nesta pesquisa, relacionando os objetivos aos procedimentos para construção dos dados, e por fim, a maneira como foram coletados e analisados os dados.

Na quarta seção descreveremos para o leitor o Programa Ensino Médio Inovador sobre aspectos gerais em escalas nacional e estadual e, descrevendo partes importantes do programa e, por fim, apresentaremos nossas Considerações Finais.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Descrever o percurso do Ensino Médio no Brasil, desde os primórdios do descobrimento aos dias atuais, dando ênfase ao Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI).

2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, delineamos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever a Educação Média do Brasil nos períodos Jesuítico, Pombalino, Joanino, Imperial, da Primeira República, da Segunda República, do Estado Novo, da Nova República, do Regime Militar e da Redemocratização à Contemporaneidade.
- Analisar a proposta de ensino-aprendizagem presente nos documentos orientadores do Programa Ensino Médio Inovador, em escala nacional e estadual.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor entendermos o Ensino Médio no Brasil, objeto desta pesquisa, tomamos como ponto de partida o período imediatamente posterior à descoberta do Brasil pelos portugueses e a chegada dos jesuítas na nova terra. Foi realizado um estudo teórico sobre o trajeto histórico da Educação no Brasil, com objetivo de explicitar os fatos e acontecimentos que culminaram na situação atual da educação. Em seguida, nos voltaremos especificamente ao desenvolvimento do Ensino Médio, desde sua origem até o período contemporâneo, discorrendo sobre a dualidade deste nível de ensino que representa um dos grandes desafios do sistema educacional brasileiro. Este capítulo se conclui com a proposta do governo, o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), que surge com o objetivo de tornar o Ensino Médio coerente com as propostas educacionais estabelecidas no Brasil.

3.1 A Trajetória Histórica da Educação no Brasil

Historicamente, a educação no Brasil se constituiu por diversos fatos históricos que contribuíram, inevitavelmente, na interligação da nossa herança cultural, evolução econômica e estrutura do poder político.

Ao falarmos de cultura, não queremos aqui nos restringir ao conceito de cultura determinado pela cultura letrada. Pois, sabemos que os portugueses ao chegarem às terras brasileiras encontraram um povo com costumes, crenças e tradições que perpassavam gerações. Este povo não sabia ler, escrever, tão pouco utilizar os algoritmos matemáticos para explicar o cotidiano. No entanto,

Os homens produziam sua existência em comum e se educavam neste próprio processo. Lidando com a terra, lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações (SAVIANI, 1998a, p. 81).

Esse processo de educação mútua, pautado pela relação em comunidade, tem sua realidade modificada com a chegada dos portugueses ao Brasil.

Praticamente toda a cultura pré-“descobrimento” foi massacrada, sufocada, reprimida. Passamos do modo de produção comunista primitivo

para o modo de produção capitalista (mercantil), ocorrendo, com isso, toda uma transformação, tanto em relação à produção de bens materiais, quanto em níveis de valores, crenças e costumes (ZOTTI, 2004, p. 14).

Diante do exposto, “temos para nós a cultura é muito mais do que aquilo que a escola transmite e até muito mais do que aquilo que as sociedades determinam como valores a serem preservados através da educação.” (ROMANELLI, 2003, p. 20).

A partir de 1.530 deu-se início ao processo de colonização no Brasil, em que foi adotado o sistema de capitanias hereditárias e a monocultura da cana-de-açúcar, logo, a economia da nova terra desenvolveu-se a partir dos engenhos, tendo, inicialmente os índios e, depois, os negros africanos, como recursos humanos, condicionados ao trabalho escravo.

O Brasil, nesse período, possuía uma economia meramente agrícola, caracterizava-se como um modelo agrário-exportador,

Nesse contexto, a educação não constituía meta prioritária, já que o desempenho de funções na agricultura não exigia formação especial. Apesar disso as metrópoles europeias enviaram religiosos para o trabalho missionário pedagógico, com a finalidade de converter o gentio e impedir que os colonos se desviassem da fé católica, conforme as orientações da contrarreforma (ARANHA, 2006, p. 139).

Além disto:

A forma como feita a colonização das terras brasileiras e, mais, a evolução da distribuição do solo, da estratificação social, do controle do poder político, aliadas ao uso de modelos importados de cultura letrada, condicionaram a evolução da educação escolar brasileira (ROMANELLI, 2003, p. 23).

A educação no Brasil, durante o período colonial, compreendido entre 1.500 e 1.822, passou por três períodos, quais sejam: o Período Jesuítico, o Período Pombalino e o Período Joanino.

O Período Jesuítico teve seu início em 1.549 com a chegada do Padre Manoel de Nóbrega que tinha uma política educacional de caráter democrático, com interesses em formar adeptos ao catolicismo e, tão logo, pôs em prática sua missão de educar “os mamelucos, os órfãos, os indígenas (especialmente os filhos dos caciques) e os filhos dos colonos brancos dos povoados” (ZOTTI, 2004, p. 16).

De acordo com Aranha (2006), as primeiras escolas foram destinadas aos filhos dos índios e dos colonos, no entanto, houve uma segregação entre os “catequizados” e os “instruídos”. Aos indígenas resume-se a ação de cristianizar e pacificar, tornando-os dóceis para o trabalho nas aldeias. Já os filhos dos colonos, recebiam outra educação além da escola elementar de ler e escrever. (p. 142)

Os jesuítas entendiam ser necessária a convivência entre as diversas raças, tendo a doutrina cristã em comum. Quanto aos objetivos da missão jesuítica, Romanelli (2003, p. 35) escreve:

Não se podem perder de vista, evidentemente, os objetivos práticos da ação jesuítica no Novo Mundo: o recrutamento de fiéis e servidores. Ambos foram atingidos pela ação educadora. A catequese assegurou a conversão da população indígena e foi levada a cabo mediante criação de escolas elementares para os “curumins” e de núcleos missionários no interior das nações indígenas. A educação que se dava aos curumins estendia-se aos filhos dos colonos, o que garantia a evangelização destes.

A educação jesuítica difundida pelo Padre Manoel da Nóbrega teve como objetivo inicial a catequese, mas a partir de 1.556 os objetivos iniciais do Pe. Jesuíta encontra resistências e entra em conflitos com a Companhia de Jesus, resistindo com dificuldades até 1.570, ano de sua morte.

A partir de então,

A educação jesuítica passa a destinar-se exclusivamente à formação das elites burguesas como o objetivo de prepará-las para exercer a hegemonia cultural e política da Colônia, conforme os interesses de Portugal (ZOTTI, 2004, p. 19).

Nesse segundo período, conforme escreve Romanelli (2003) apenas os senhores de terra e donos de engenhos tinham o direito à educação e, mesmo assim, em número restrito, pois foram excluídos dessa minoria as mulheres e os filhos primogênitos. “Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada.” (ROMANELLI, 2003, p. 33)

Os jesuítas montaram a estrutura dos três cursos a serem seguidos após a aprendizagem de “ler, escrever e contar” nos colégios, os quais possuíam as seguintes funções: educar as classes dominantes; formar recursos humanos para a administração colonial; e formar padres para a atividade missionária.

Romanelli (2003) escreve que os jesuítas não possuíam o gosto pela ciência, no entanto sobrava-lhes, um estranho amor às letras, tendo no ensino a maior preocupação. A Companhia de Jesus pregava o “apego ao dogma e à autoridade, a tradição escolástica e literária” (p. 34). Uma das razões desse estranho amor às letras e desinteresse pela ciência está no movimento da Reforma Protestante, que abalou as bases da Igreja Católica na Europa, no século XVI.

Destarte, os jesuítas tinham objetivos acima de tudo religioso, por isso utilizavam uma metodologia em seus cursos que afastassem os intelectuais de orientações não religiosas e, principalmente da ciência moderna, “nesse quadro, não havia lugar para o pensamento crítico e criador, nem para a ciência experimental.” (ZOTTI, 2004, p. 24)

Os jesuítas foram os responsáveis pela educação no Brasil, até 1.759, quando foram expulsos, a partir de reformas feitas em Portugal pelo Marquês de Pombal.

No momento da expulsão os jesuítas tinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus. A educação brasileira, com isso, vivenciou uma grande ruptura histórica num processo já implantado e consolidado como modelo educacional (BELLO, 2001, pp. 2-3).

A partir de 1.759 fica o Estado responsável pela educação, “objetivando substituir a escola que servia aos interesses da fé pela escola útil aos fins do Estado.” (ZOTTI, 2004, p. 25).

Embora admitamos um avanço à educação brasileira da época, pois tínhamos a laicização do ensino, “o que se viu a seguir foi o mais absoluto caos” (BELLO, 2001). Nas palavras de Fernando Azevedo, foi “a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico” (1976, apud ZOTTI, 2004).

O Período Pombalino teve seu início em 1.760 após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal:

[...] em função de radicais diferenças de objetivos com os dos interesses da Corte. Enquanto os jesuítas preocupavam-se com o proselitismo e o noviciado, Pombal pensava em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências européias da época. Além disso, Lisboa passou por um terremoto que destruiu parte significativa da cidade e precisava ser reerguida. [Então] A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais emanados por Pombal. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé,

Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado (BELLO, 2001, p. 3).

A partir de então, surgiram inúmeras dificuldades para o sistema educacional.

Da expulsão até as primeiras providências para a substituição dos educadores transcorreu um lapso de 13 anos. Com a expulsão, desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro, a graduação, foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Leigos começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação (ROMANELLI, 2003, p. 36).

Com essa decisão, a coroa portuguesa, extingue também todo o sistema educacional do Brasil, que vinha sobre o comando dos jesuítas, entretanto não faz as substituições necessárias, ficando limitada à reforma, à definição de orientações gerais e a instituir algumas poucas aulas régias.

Um dos objetivos das reformas pombalinas foi a formação do nobre, para atender aos interesses do Estado, qual seja: “a recuperação econômica de Portugal”, para tanto fez-se necessário a modernização do ensino e da cultura de país (ZOTTI, 2004, p. 25).

A reforma pombalina tinha, sobretudo, aspectos econômicos, dessa forma, a coroa portuguesa entendeu que o ensino deveria avançar em relação aos aspectos científicos, e que a proposta da Companhia de Jesus estava atrasada nesse sentido, pois os jesuítas tinham uma proposta de ensino que atendiam aos interesses religiosos e não aos interesses do país (ZOTTI, 2004, p. 26).

O Marquês de Pombal ao assumir a educação brasileira deu continuidade ao seu objetivo básico: formar uma elite dirigente da sociedade colonial. A educação continuou precária, tanto em aspectos qualitativos quanto quantitativos, com um currículo humanista, de conteúdo pautado na literatura europeia.

A partir de então cresce um pouco a demanda escolar, parte da população demonstra interesse pela escola, esta já não era apenas pertencente à classe oligárquico-rural. Pouco a pouco, a camada intermediária vai percebendo o valor da leitura e da escrita como instrumento de ascensão social, dessa forma os pobres conquistavam prestígio social e poder político, tão válidos quanto o título de doutor pertencente ao proprietário de terra.

Conforme Aranha (2006) A coroa portuguesa tomou várias medidas efetivas, as quais vieram a surtir efeito só a partir de 1772, data da implantação do o ensino público oficial. Dentre as medidas adotadas pela coroa estão as nomeações de professores, o estabelecimento de planos de estudo e inspeção, além de modificar o curso de humanidades, característico do ensino jesuítico, para o sistema de aulas régias de disciplinas isoladas.

Durante esse momento de transição do domínio educacional no Brasil “há uma lacuna de quase meio século na educação brasileira, caracterizada pela precariedade e decadência do ensino colonial” (ZOTTI, 2004, p. 30).

Diante desse contexto as reformas pombalinas representaram um retrocesso na educação escolar, no entanto Aranha (2006) no diz que “embora a reforma pombalina não tivesse repercutido de imediato na colônia, foram lançadas as sementes de um novo processo de iria amadurecer aos poucos a partir do século seguinte.” (p. 193)

O Período Joanino, compreendido entre 1.808 e 1.821, foi marcado pela vinda da Família Real ao Brasil.

O Brasil, no século XIX, ainda não possuía uma política de educação sistemática e planejada. As reformas implantadas buscavam apenas a resolução de problemas imediatos. Quando a Realeza desembarcou no Brasil, a educação resumia-se às aulas régias do tempo de Pombal, tal situação fez com que o rei criasse escolas para atender as necessidades de momento. O que ocasionou sensíveis mudanças no quadro educacional da época, como a criação dos primeiros cursos superiores não teológicos, “[...] com o propósito exclusivo de proporcionar educação para uma elite aristocrática e nobre de que se compunha a Corte” (ROMANELLI, 2003, p. 38).

Segundo Aranha (2006), o Período Joanino, também foi marcado por inovações no campo cultural, quais sejam: Instalação da Imprensa Régia em 1.808; da Biblioteca Nacional e do Jardim botânico do Rio em 1.810; do Museu Real em 1.818; e, a Missão cultural francesa em 1.816 – nesta última, foram convidados artistas franceses, os quais influenciaram a criação da Escola Nacional de Belas Artes.

Em decorrência da instalação da Coroa Portuguesa no Brasil, “A vida urbana cresce vertiginosamente; a capital torna-se o centro intelectual do país.” (ZOTTI, 2004, p. 34).

No entanto, a educação de maneira geral sofria com “a tradição da não-preocupação” com os níveis primário e secundário de ensino. Assim, Romanelli escreve que

A preocupação exclusiva com a criação de ensino superior e o abandono total em que ficaram os demais níveis do ensino demonstraram claramente esse objetivo, com o que se acentuou uma tradição – que vinha da Colônia – a tradição da educação aristocrática (2003, pp. 38-39).

De maneira modo geral, o Período Colonial foi símbolo de um tipo de educação livresca, acadêmica e aristocrática, destinada à ilustração da camada nobre e preparação destes para os estudos superiores.

No Período Imperial (1822-1888), o ensino foi dividido em três níveis: primário, secundário e superior, sendo assegurado pela Constituição de 1824, a instituição primária, gratuita a todos os cidadãos, além disto, outras realizações ocorreram no âmbito educacional.

Entre elas, a descentralização da educação básica pelo Ato Adicional de 1.834, em que se legaliza “a omissão do poder central em relação à educação popular” (ZOTTI, 2004, p. 41) e a fundação Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, que ficou sob a jurisdição da Coroa, destinando-se à educação dos nobres, servindo de escola-modelo para os demais colégios do país. “[...] esse colégio era o único autorizado a realizar exames parcelados para conferir o grau de bacharel, indispensável para o acesso aos cursos superiores”. (ARANHA, 2006, pp. 224-225).

Conforme Aranha, o Ato Adicional de 1.834 “descentralizou o ensino, atribuindo à Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior, enquanto às províncias (futuros estados) foram destinadas a escola elementar e secundária.” (2006, p. 224).

Destarte, continua a segregação educacional, em que a educação da elite ficou sob a responsabilidade da Coroa e a educação do povo, foi creditada às províncias. Este fato fez com que:

[...] o ensino, sobretudo o secundário, acabasse ficando nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas, sobrevivendo à custa do sacrifício de alguns mestres-escolas, que, destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar (ROMANELLI, 2003, p. 40).

Apesar das mudanças ocorridas no setor educacional durante o Império, tornava-se evidente a dualidade do ensino, refletindo a distância que havia “[...] entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissionalizante)” (idem, p.41), ao mesmo tempo, o ensino permanecia carente de qualquer vínculo com o mundo, continuando a ter o caráter elitista do período anterior, acrescentando a isto, a formação com o objetivo de capacitar para ocupação de cargos administrativos e políticos.

Nas palavras de Fernando Azevedo “A educação teria de arrastar-se, através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada. Entre o ensino primário e o secundário não há pontes ou articulações: são dois mundos que se orientam, cada um na sua direção” (*Apud* ARANHA, 2004, p. 224).

A Primeira República (1889-1930) consagrou a “[...] desorganização completa do sistema educacional, ou melhor, dos sistemas educacionais brasileiros” (ROMANELLI, 2003, p.42).

Importantes reformas foram feitas a fim de suprir as necessidades educacionais, como a de Benjamim Constant, que segundo Zotti (2004, p. 71) teve “a intenção de romper com a tradição humanística clássica, prevalecendo a formação científica [...]”; a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, a de Carlos Maximiliano e a Reforma Rocha Vaz, esta representou a última tentativa do período, e teve como finalidade promover a educação primária, e conforme Romanelli (2003, p.43) buscou “eliminar os exames preparatórios e parcelados, ainda vigentes e herança do Império”. Todas estas reformas foram frustrantes e com resultados desastrosos, representando “[...] o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos” (idem, p.43).

Ainda neste período, ocorreu o desenvolvimento de novas atividades econômicas, início da urbanização e ascensão da burguesia industrial, simultaneamente, “[...] surge a demanda por educação voltada para a utilidade prática, ligada aos objetivos de formação para o trabalho” (PEREIRA & PASSOS, 2010, p.2), embora, em passos lentos.

Após a Primeira Grande Guerra, forma-se a nova burguesia urbana, com a industrialização e a urbanização, e os emergentes dessa nova burguesia exigiam o acesso à educação. No entanto, “esses segmentos aspiravam à educação acadêmica e elitista e desprezavam a formação técnica, considerada inferior.” (ARANHA, 2006, p. 299). A partir de então, deu-se início as pressões para a expansão da oferta de ensino.

“No contexto da industrialização/urbanização, a educação escolar vai fazendo-se necessária a um número maior de pessoas, dada a complexificação do campo econômico, político e cultural” (ZOTTI, 2004, p. 87).

Neste contexto, nota-se a conservação da antiga educação acadêmica e aristocrática, que só começa a dar sinais de rupturas com o impulso industrial, a partir de 1930, quando a educação tornar-se necessária para o desenvolvimento econômico do país.

O ano de 1930 representa o “[...] ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que, durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica” (ROMANELLI, 2003, p. 47), cujo objetivo era a implantação do capitalismo no Brasil.

Período da Segunda República (1930 – 1936) – Entre os anos de 1.931 a 1.937 se instaurou um amplo debate político e educacional entre católicos, liberais e governistas, sobre a direção que deveria tomar a educação.

Os católicos defendiam um ensino baseado na pedagogia tradicional, com caráter elitista, enquanto os educadores liberais defendiam a pedagogia da Escola Nova, na qual tinham a esperança de transformar e democratizar a sociedade brasileira por meio da escola.

No campo da discussão entre católicos e escolanovistas estavam a laicidade, a defesa da escola pública gratuita e obrigatória bem como uma educação com direito de igualdade para ambos os sexos.

Os liberais tinham como princípio máximo do movimento o direito de todos à educação, que deveria ser assegurado pelo Estado, portanto público e gratuito. Também, para ser democrático, o ensino deveria ser leigo, para que a escola não se transformasse em instrumento de propaganda religiosa, bem como era essencial garantir o direito de homens e mulheres às mesmas oportunidades educacionais (ZOTTI, 2004, p. 89).

Para os católicos, Romanelli (2003) diz que

O perigo representado pela escola pública e gratuita consistia não apenas no risco de esvaziamento das escolas privadas, mas consistia sobretudo no risco de extensão da educação escolarizada a todas as camadas, como evidente ameaça para os privilégios até então assegurados às elites (p. 144).

Em meio a estes embates ficou o governo, que procurou se neutralizar nessa disputa. Na prática, foi apresentada uma reforma pelo então ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, que não esperou a proposta final desse debate.

Essa reforma criou o conselho Nacional de Educação, traçou diretrizes para a organização do ensino superior, reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro, organizou o ensino secundário, estruturou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador (ZOTTI, 2004, p.88).

Em 1932, os escolanovistas, publicaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por vários educadores, entre eles Fernando Azevedo e Anísio Teixeira. Neste documento os educadores defendiam uma “educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como dever do Estado, a ser implantada em programa de âmbito nacional.” (ARANHA, 2006, p. 304).

Com a publicação desse documento os educadores tinham a intensão de provocar discussões e influenciar na tomada de decisões do governo, em que um dos objetivos fundamentais expressos no Manifesto era a superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro, de caráter dualista, “escola profissional para os pobres e o ensino acadêmico para a elite”. Os escolanovistas viam no Manifesto um “divisor de águas”, no qual reiterava que ao Estado cabia a responsabilidade pela educação, a qual se encontrava em defasagem com as exigências do crescimento do país. (ZOTTI, 2004; ARANHA, 2006).

Com a implantação do capitalismo industrial, faz-se “[...] nascer a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisitos de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho” (idem, p.59), como consequência, “é então que a demanda social de educação cresce e se consubstancia numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino” (idem, p.60), fazendo com que a ampliação do sistema escolar ocorresse de forma atropelada.

Deste modo, entende-se que o desenvolvimento do sistema econômico está fortemente relacionado com a escola. A esse respeito, a autora afirmou que: “[...] a escola brasileira evoluiu também em função dos papéis que lhe reconhecia a economia” (ROMANELLI, 2005, p.55). No entanto, com o desenvolvimento econômico acentuado, o sistema educacional não conseguiu desempenhar o seu papel, surgindo uma defasagem, já que os recursos humanos que se precisava na economia, não eram fornecidos pela escola.

Esta defasagem “[...] entre a educação e o desenvolvimento do nosso país se acham vinculados às contradições políticas causadas pela luta entre as várias facções das camadas dominantes da estrutura do poder” (idem, p. 127).

Para uma melhor compreensão da forma como se evoluiu o sistema de educação durante este período de 1930 a 1961, Lombardi (2011, p. 204) “o subdivide em dois períodos: o equilíbrio entre a pedagogia tradicional, e a pedagogia nova (1932-1947); e o predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961)”, expondo de um modo geral que estes períodos:

Correspondem à regulamentação em âmbito nacional das escolas primárias, secundárias e superiores; à incorporação da pedagogia renovadora, através da reforma Francisco Campos, de seu aprofundamento pela reforma Capanema, culminando com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), através da Lei no. 4.024/61 (LOMBARDI, 2011, p. 204).

Enquanto que Romanelli (2005, p.128) subdivide em três períodos bastante distintos, que são: do período de 1930 a 1937, na qual, trata-se dos “aspectos relativos à educação, mediante uma descrição e análise da Reforma Francisco Campos e do movimento renovador da educação, que teve, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sua carta de princípios”. O segundo período corresponde ao Estado Novo (1937 a 1946), período que foi decretado as Leis Orgânicas do Ensino e a criação do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e do SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, e o último Período, de 1946 a 1961, corresponde o período que foi votado a Lei 4.024/61, a qual fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Entretanto, a autora, afirma que nestes Períodos:

[...] mais uma vez, [se viu] a manutenção do atraso da escola em relação à ordem economia e à ordem social, longe de ser uma contradição de fato, era uma ocorrência da forma como se organizava o poder e, portanto, servia aos interesses dos grupos nele mais notavelmente representados (ROMANELLI, 2005, p.191).

Para concluir esta periodização, será tratado a seguir, o período compreendido entre os anos de 1961 a 1980 da educação brasileira. De acordo com Germano (2005), a crise política e econômica da década de 60 contribuiu para que em 1964 ocorresse o golpe militar, como consequência, abortou-se “todas as iniciativas de se revolucionar a educação

brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram ‘*comunizantes e subversivas*’” (BELLO, 2011, p.1).

De acordo com Romanelli (2005), este período foi marcado por inúmeras mudanças na vida da sociedade e da economia. Na educação, percebe-se nitidamente a divisão em dois momentos, que são: o dos “Acordos MEC-USAID”, no qual, “[...] foram assinados todos os convênios através do qual, o MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos oferecidos pela *Agency for International Development - AID* (idem, p.197); e, o segundo momento, teve início com as medidas práticas tomadas pelo Governo:

[...] para enfrentar a crise, momento que se consubstanciou depois no delineamento de uma política de educação que já não via apenas na urgência de se resolverem problemas imediatos, ditados pela crise, o motivo único para reformar o sistema educacional. Mas do que isso, o regime percebeu, daí para frente, entre outros motivos, por influencia da assistência técnica dada pela USAID, a necessidade de se adotarem, em definitivo, as medidas para adequar o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico que então se intensificava no Brasil (ROMANELLI, 2005, p.196).

Neste contexto, Junior (2011) define este período, como pautado:

[...] em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem devida qualquer arranjo prévio para tal feito, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e não raro confusa legislação educacional (JUNIOR, 2011, p.104).

Em consonância com a afirmação acima, Bello (2011), expõe que a educação no Regime Militar tinha um caráter antidemocrático: professores e alunos eram calados, presos e mortos, porém, é importante ressaltar que no mesmo período houve grande expansão das universidades, com a Reforma Universitária, através da Lei 5.540/68, a criação do vestibular classificatório, do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL, e ainda, a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, Lei 5.692/71, que tinha como característica marcante dar a formação educacional um cunho profissionalizante.

De forma geral, a educação brasileira a partir de 1964 passou a se organizar com o objetivo de atender a demanda das transformações da estrutura econômica do país, ou seja, o sistema educacional se adequou às necessidades da expansão capitalista.

Outrossim, convém ressaltar que a Escola durante todo o período estudado, esteve a serviço de uma camada da sociedade que buscava a perpetuação do poder, deste modo, o sistema educacional foi responsável pelo aprofundamento das desigualdades sociais, reproduzindo os mecanismos de dominação, através de um sistema dual, que fazia distinção entre pobres e ricos, em vez de, promover a democracia e formar indivíduos para a sociedade.

3.2 Aspectos Históricos do Ensino Médio no Brasil

O Ensino Médio foi instituído no Brasil ainda no período Colonial pelos jesuítas, deste modo, tinha um caráter enciclopédico e repetitivo, com disciplinas voltadas para a religião. Romanelli (2003, p. 35) diz que os vigários na época ministraram uma educação elementar para índios e brancos, os homens da classe dominante recebiam uma educação média, e auferiam educação superior e religiosa, a classe sacerdotal.

Assim, o viés elitista é reforçado, uma vez que a educação elementar recebia pouca ou nenhuma atenção. O ensino secundário, portanto, privilegia as elites, permanecendo acadêmico, propedêutico – com o objetivo de preparar os alunos para cursos superiores – e humanístico, embora haja alguns esforços positivistas na busca por uma reversão deste quadro. Persistia, portanto, o sistema dualista e tradicional de ensino (ARANHA, 2006, pp. 298-299).

Durante o Período Imperial, a responsabilidade pela oferta do ensino foi dividida, as províncias tornaram-se responsáveis pelo oferecimento do ensino secundário, que tinha caráter propedêutico e aversão a todo o tipo de ensino profissionalizante.

As primeiras transformações de grande repercussão no sistema educacional ocorreram em 1930, como a criação do Ministério da Educação, sob o comando de Francisco Campos.

De acordo com o então Ministro Francisco Campos:

A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, *deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional* (grifo nosso), constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitem a viver por si e tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras (*Apud ROMANELLI, 2003, p. 135*).

A educação média, nesse período foi organizada em ensino secundário e ensino profissionalizante. O ensino secundário teve sua estrutura reformulada pelos Decretos nº 19.890/31 e o nº 21.241/32 para que tivesse como objetivo a preparação integral do homem, superando o tradicional caráter propedêutico e preparatório ao ensino superior.

Aranha (2006) diz que, pela primeira vez, se viu uma ação planejada em que visava à organização nacional. Com esses decretos, o ensino secundário foi dividido em dois ciclos: “um fundamental, de cinco anos, e outro complementar, de dois anos, este último visando à preparação para o curso superior” (ARANHA, 2006, p. 305).

O ensino profissionalizante, apesar dos significativos avanços da industrialização, limitou-se ao Decreto nº 20.158/31. De acordo com esse Decreto, o ensino profissionalizante tinha caráter terminal, pois o título alcançado, em geral, não permitia acesso aos níveis mais elevados (PERREIRA e PASSOS, 2010). Este fato demonstra a dualidade do período, entre a educação média regular, destinada a elite dominante, *versus* a profissionalizante, destinada aos trabalhadores em geral.

Aranha (2006), utilizando dados de Fernando Azevedo, escreve que durante o período de 1930 a 1940 o ensino primário e secundário se desenvolveu e alcançou níveis até então nunca vistos no país. Durante esse período o número de escolas primárias dobrou e o de secundárias quase quadruplicou. Foi crescente também o número de escolas técnicas, e, conforme Lourenço Filho, “se em 1933 havia 133 escolas de ensino técnico industrial, em 1945 este número subiu para 1.368 e o número de alunos, quase 15 mil em 1933, ultrapassou então 65 mil” (*Apud* ARANHA, 2006, p. 309).

Embora tenha havido um crescimento de escolas em todo o país, na década de 1940 a dualidade do sistema persistia, o então Ministro Gustavo Capanema, fez diversas reformulações no ramo do ensino. Estas reformas no sistema educacional brasileiro foram chamadas de Leis Orgânicas do Ensino, abrangendo todos os ramos do primário e do médio.

Estas leis criaram o ensino supletivo de dois anos, o qual foi importante para diminuir os índices de analfabetismo no país, o curso secundário foi reestruturado e dividido em quatro anos de ginásio e três de colegial, que ficara composto em curso clássico, com predominância de humanidades, e científico (ARANHA, 2006).

O que se viu, a partir de então, foi o acirramento trazido pela Reforma Capanema entre a distinção das classes e a dualidade do ensino. Em 1946 para concluir a

reorganização do ensino primário e médio, o então Ministro da Educação, Raul Leitão, baixou os seguintes decretos-lei:

a) Decreto-lei 8.529 – Lei Orgânica do Ensino Primário; b) Decreto-lei 8.530 – Lei Orgânica do Ensino Normal; c) Decreto-lei 8.621 e 8.622 – criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e, d) Decreto-lei 9.613 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (ROMANELLI, 2003).

Desta forma, conferiu-se a educação sistematicidade e organicidade, reafirmando um sistema de ensino baseado na manutenção e reprodução das desigualdades sociais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) quando promulgada em 20 de dezembro de 1.961, já se encontrava ultrapassada, pois o percurso desse projeto de lei foi longo e tumultuado, tendo início em 1.948 e estendendo-se até a data da sua promulgação. Nessa lacuna temporal “um país semi urbanizado, como economia predominantemente agrícola, passara a ter exigências diferentes, decorrentes da industrialização” (ARANHA, 2006, p. 311).

Entretanto, a LDB legitimou a integração entre o ensino profissional e o sistema regular, ou seja, permitia aos egressos do ensino profissionalizante o ingresso no ensino superior, através de processos seletivos, com isto, buscava-se amenizar a dualidade existente quanto a estes tipos de ensino.

Nesse sentido, concordamos com Romanelli (2005), pois para a autora a essência do ensino tradicional foi mantido, e a lei não trouxe mudanças. No entanto enxergamos algumas vantagens, o fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo o território nacional, em cada nível e ramo.

Percebemos outra vantagem no ensino secundário, com a LDB este ficou menos enciclopédico, tendo significativa redução do número de disciplinas. Embora o ensino técnico continuasse sem receber atenção especial, quer seja no setor industrial, quer seja no comercial, e menos ainda no agrícola.

“Todos esses desencontros aumentaram o descompasso entre a estrutura educacional e o sistema econômico. De resto, podemos observar como a legislação sempre reflete os interesses apenas das classes representadas no poder” (ARANHA, 2006, p. 311).

Os intelectuais que lutaram por uma LDB mais democrática, mostram seu desalento com a lei promulgada, em decorrência disso sucedeu-se um período de profunda efervescência ideológica. A partir de então, surgiram vários grupos ideológicos, entre eles

destacaram-se: Centros Populares de Cultura (CPC), por iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE); os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e os Movimentos de Educação de Base (MEB).

Estes movimentos foram acusados de populismo, pois os intelectuais tinham a intenção de “orientar” o povo na direção do que eles consideravam ser o “melhor” caminho.

“O golpe militar de 1964 desativou esses movimentos de conscientização popular, por considerá-los subversivos, e penalizou seus líderes” (ARANHA, 2006, p. 312). Apenas os MEB permaneceram, estes foram criados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e estavam diretamente ligados à Igreja Católica, embora com retração nas suas atividades e mudança de orientação.

Durante a ditadura militar as escolas de ensino médio passaram a ser controladas, seus grêmios foram transformados em centros cívicos, A ditadura tinha a intenção de “educar” politicamente a juventude, para tanto, tornou obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica. Após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), o governo criou o Decreto-lei nº 477, o qual proibia a comunidade escolar de toda e qualquer manifestação de caráter político.

Novas alterações relativas ao ensino profissionalizante e educação média regular ocorreram no ano de 1.971, com a promulgação da nova LDB – Lei nº 5.692 que fixou as diretrizes curriculares do ensino para o 1º e 2º graus e enfatizou a qualificação para o trabalho, da seguinte forma: “Art. 1.º - o ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

Conforme Kuenzer (2007, p. 29) “a Lei nº 5.692/71 pretendeu substituir a dualidade pelo estabelecimento da profissionalização compulsória no Ensino Médio; dessa forma, todos teriam uma única trajetória”. Entretanto, nota-se que permanecia “[...] à velha dualidade estrutural, originada pela divisão de classes e que não pode ser sanada na esfera do projeto político-pedagógico escolar” (KUENZER, 2007, p. 30).

Sob este *prima*, não resta dúvida de que foram promovidas mudanças profundas no sistema educacional de nível médio, principalmente na relação que existe entre a educação e o desenvolvimento do país, porém, apesar dos aspectos positivos

promovidos com a promulgação dessas diversas leis, existem inúmeras incoerências, facilmente identificáveis, que promovem o fracasso da educação brasileira.

3.3 Ensino Médio – da Redemocratização à Contemporaneidade

Na década de 80, os educadores traçam debates sobre a reelaboração do sistema de ensino e, nesse mesmo período o Brasil passa por uma redemocratização, mas só em dezembro de 1996 é promulgada uma nova política educacional – a Lei N° 9.394 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conferindo uma nova identidade ao Ensino Médio, determinando que este faria parte da educação básica. O artigo 35 da LDB possibilita aos estudantes concluintes do Ensino Médio o prosseguimento dos estudos, a preparação básica para o trabalho e para a cidadania.

A LDB diz que o Ensino Médio tem como objetivos fundamentais a preparação dos jovens para o mercado de trabalho e para o pleno exercício da cidadania do educando, visa ainda a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensar crítico.

A LDB previu ainda que o Ensino Médio como nível da educação básica pudesse ser ofertado de formas adequadas às necessidades e disponibilidade da população de jovens e adultos de forma a possibilitar condições de acesso e permanência na escola (art. 4º, item VII).

Conforme expressa a LDB, o Ensino Médio no Brasil tem duração mínima de três anos. A legislação não institui idade mínima para o educando adentrar neste nível de ensino; contudo, devido o Ensino Fundamental ter faixa etária obrigatória que está compreendida entre os 7 aos 14 anos, o acesso ao Ensino Médio deverá ocorrer, para muitos jovens, a partir dos 15 anos, e não é observado limite máximo de idade.

No artigo 35 da LDB, o Ensino Médio é entendido como a “etapa final da Educação Básica”, sendo, portanto, assegurado aos cidadãos que dele quiserem usufruir para consolidar e aprofundar os conhecimentos anteriormente adquiridos no Ensino Fundamental.

Conforme o Art. 36 (BRASIL, 1996) o currículo do Ensino Médio também deverá destacar a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício

da cidadania; e ainda, deverá adotar metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes.

No âmbito da educação profissionalizante, de acordo com o Decreto Federal nº 2.208, aprovado em 1997, ficou instituído que a educação profissional passasse a ter uma organização curricular própria e separada do Ensino Médio. Esse fato representou uma regressão do dualismo, restabelecendo um tipo de educação para atender à classe dirigente e uma outra para atender à classe trabalhadora, caminhando em direção totalmente contrária a uma escola unitária que atenda a todos sem distinção.

Com o objetivo de aperfeiçoar a nova política educacional, vários projetos de lei alteraram a LDB, os quais acrescentaram ou suprimiram alguns dispositivos da Lei nº 9.394/1996, tais como: Lei nº 9.475/1997 (incide sobre o ensino religioso); Lei de nº 10.098/2000 (acessibilidade na educação especial); Lei nº 10.436/2002 (língua brasileira de sinais); Lei nº 10.639/2003, (obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena"); Lei nº 11.684/2008 (inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio); Lei nº 12.287/2010 (Institui o ensino da arte como componente curricular obrigatório), entre outros, (BRASIL, 2014).

Com base na Lei 9.394/96, surgiu, em 1.999, uma nova proposta do governo, os Parâmetros Curriculares Nacional do Ensino Médio (PCNEM, 2000) com o objetivo oferecer maior qualidade do ensino e em decorrência dessa qualidade formar cidadãos aptos para um mundo cada vez mais globalizado, com uma organização de ensino voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades nos estudantes.

O Decreto Federal nº 5.154/2004, foi promulgado com o objetivo de superar a regressão da dualidade do Ensino Médio, para tanto, revogou o decreto anterior (nº. 2.208/1997) criando a modalidade de Ensino Médio integrado à educação profissional, bem como ofereceu base para que o Ensino Médio e o profissional técnico pudessem ser unificados, dessa forma estaria assegurando ao estudante um só diploma de nível médio-técnico.

Ao tomarmos por base o Decreto nº 5.154/04, constatamos que o dualismo do Ensino Médio sobrevive como um dos principais desafios a serem superados pelo sistema educacional brasileiro, este dualismo se configura como expressão da herança histórica, orientando dois tipos de educação: uma para o trabalho e outra para prosseguimento de estudos a níveis superiores.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2010, promulgou a Resolução de nº 4, com o objetivo de sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica tratados na LDB, A qual define:

[...] Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica (BRASIL, 2014, Art. 1º).

Sob um aspecto geral as Diretrizes Curriculares buscam, conciliar o humanismo e a tecnologia, o desenvolvimento da autonomia intelectual nos estudantes e o exercício da cidadania, bem como, objetiva-se superar o tradicional dualismo que sempre caracterizou a o Ensino Médio, fazendo com que o ensino seja unificado e diversificado.

Neste aspecto, podemos dizer que o sistema dual persiste nas políticas educacionais, no entanto, esta dualidade, não é o único problema do Ensino Médio, inúmeros outros corroboram com o fracasso da educação brasileira. Conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2009, p. 39), “as dificuldades encontradas em relação a este nível [de ensino] estão no acesso, na permanência, no desempenho e na conclusão do curso, atualmente considerado essencial, para quase todas as funções”.

A revista Especial Ensino Médio publicada em 2011 mostra, através de uma pesquisa do Instituto Unibanco, que para um aluno terminar o Ensino Médio em três anos consecutivos, como é pertinente ao nível de escolaridade, não é nada fácil, e embora tenha adentrado na faixa etária correta, a pesquisa aponta que apenas 45% dos alunos concluem o Ensino Médio no tempo adequado.

Rodrigues (2011) diz que as instituições escolares não conseguem que os jovens desta faixa etária permaneçam nas escolas e os que continuam com os estudos não se envolvem com o aprendizado, contribuindo para que esta seja considerada “a pior etapa da educação brasileira” (RODRIGUES, 2011, s/d).

Com base em estatísticas do MEC, o fato é que apenas 10% dos alunos que frequentam o Ensino Médio no país conseguem absorver os conteúdos que lhe são apresentados, afirma Rodrigues (2011). A autora cita ainda, com base no Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), que 62% dos alunos que cursam o Ensino Médio não conseguem ser alfabetizados.

Com efeito:

Após a grande expansão da oferta do ensino público, as políticas públicas passaram a se concentrar em aspectos relacionados à permanência do aluno na escola e à qualidade dos serviços oferecidos. Aspectos como as condições de funcionamento das escolas, ampliação do financiamento, a formação inicial e continuada dos professores, a condição de carreira e valorização docente, a qualidade do material didático, a gestão democrática, a participação dos pais na escola, a qualidade da merenda e o transporte escola foram priorizados diante da crescente universalização desta etapa da educação básica (BRASIL, 2009, p.4).

Quanto à permanência dos alunos na escola, conforme pesquisa promovida pelo Instituto Unibanco com 3.365 estudantes do Estado de Minas Gerais - MG foram identificados que os principais motivos da evasão dos discentes do Ensino Médio são: a baixa condição socioeconômica, gravidez, necessidade de trabalhar para ajudar a família e a defasagem idade-série.

O estudo também mostra que aspectos relacionados à relação aluno-escola são de fundamental importância e provocam uma considerável perda entre os estudantes que teriam um perfil de menor vulnerabilidade, os quais poderiam, supostamente, permanecer estudando (SOARES *et al*, 2011, p. 6).

Nesta ótica, ainda de acordo com a pesquisa, os jovens desistem da escola por sentirem que não estão aprendendo, por falta de motivação, de não entenderem quais os ganhos futuros, ou seja, é preciso deixar a escola mais instigante, atrativa, dinâmica, inovadora e o mais importante, que faça sentido para os jovens.

Para confirmar a afirmação, O presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Francisco Aparecido Cordão, diz que: "[Os alunos] encontram um ensino [médio] organizado em torno de um número muito grande de disciplinas, sobrecarregadas de conteúdos mais voltados para vestibulares, muitos deles sem significado para suas vidas", tais fatores contribuem para que tenhamos um alto índice de evasão no Ensino Médio.

Para Barros (*et al*, 2011, p. 5) “combater as falhas de aprendizagem no Ensino Fundamental talvez seja um primeiro passo para tentar reverter a crise de audiência do Ensino Médio”, a julgar que, o abandono escolar do Ensino Médio está relacionado diretamente ao baixo rendimento do Ensino Fundamental.

Diante do exposto, nos reportamos ao ramo da Matemática para melhor exemplificarmos as palavras de Barros e, em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, 2000).

[...] no Ensino Fundamental, os alunos devem ter se aproximado de vários campos do conhecimento matemático e no Ensino Médio, estão em condições de utilizá-los e ampliá-los e desenvolver de modo mais amplo capacidades tão importantes quanto às de abstração, raciocínio em todas as suas vertentes, resolução de problemas de qualquer tipo, investigação, análise e compreensão de fatos matemáticos e de interpretação da própria realidade (BRASIL, 2000. p. 41).

Sendo assim, para o Ensino Médio se faz necessário que o aluno traga em seu currículo certas competências para que se possa dar prosseguimento ao processo de evolução do conhecimento. Porém na Matemática, constantemente nota-se falhas nessa continuidade, devido ao insucesso do aluno em séries precedentes, motivado geralmente por causa de metodologias de ensino voltadas para o professor e não para aluno, procedimentos tradicionais que se baseiam no uso de métodos mecanizados que não instigam o educando a desenvolver o raciocínio, e conseqüentemente o aprendizado.

No entanto,

Importa dizer que a situação brasileira na educação básica é dramática porque não há como resolver os problemas do Ensino Médio, como etapa final da educação básica, na rede pública, sem antes resolver as questões inerentes à refundação de nossa pré-escola (CARNEIRO, 2012, p. 14).

Todavia, outros aspectos devem ser levados em consideração, como é o caso das características individuais, que de acordo com a pesquisa do Instituto Unibanco existe um perfil de estudante que tem maior probabilidade de não dar sequência aos seus estudos, que são os “alunos do sexo masculino, atrasado um ou mais anos em sua formação escolar e cujos pais não possuem nível superior, sendo o atraso escolar o item que mais se acentua” (BARROS *et al*, 2011, p.5).

Outro fator tratado na pesquisa diz respeito à defasagem idade-série, a qual está fortemente ligada à repetência, trazendo inúmeros prejuízos à sala de aula, pois, existe uma diferença cognitiva e emocional significativa que promove o atraso da aprendizagem com um todo. Convém ressaltar também que as condições do mercado de trabalho não apresentam fortes impactos na probabilidade dos alunos continuarem seus estudos.

Sendo assim, necessitamos de professores que conheçam a realidade de seus estudantes, que busquem compreender suas necessidades para, em seguida, proporcionar um ensino que o estimule, que seja condizente com a realidade por ele vivenciada.

Após tudo o que expusemos nessa pesquisa, percebemos que a escola tradicional está obsoleta e faz-se necessário mudar a situação do ensino brasileiro. Nesta perspectiva, surge uma nova proposta do Governo Federal que objetiva a melhoria da qualidade do ensino, por meio do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), que será abordado adiante.

4. METODOLOGIA

O filósofo Francês René Descartes afirmou que, para conhecer a verdade, faz-se necessário, a princípio, colocar todos os nossos conhecimentos em dúvida. É importante questionar tudo e analisar criteriosamente se existe algo na realidade de que possamos ter plena certeza.

Diante do exposto, para atingir os objetivos inicialmente propostos nessa pesquisa traçamos um percurso metodológico, em que iremos explicitar os instrumentos que utilizaremos na investigação e as fontes de pesquisas.

Méthodos significa o caminho para chegar a um fim, enquanto *logos* indica estudo sistemático, investigação. Assim, no sentido etimológico, metodologia significa o estudo dos caminhos a serem seguidos, incluindo aí os procedimentos escolhidos (GONSALVES, 2003, p. 62).

Conforme Ander-Egg (1978) citado por Marconi e Lakatos (2008, p. 157) a pesquisa é um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento.” Sendo assim, a pesquisa deve ser entendida como um procedimento formal que necessita de um tratamento científico, além de uma metodologia de pensamento reflexivo, constituindo-se num caminho pelo qual se deseja conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais.

Essa pesquisa possui caráter qualitativo, por se caracterizar como um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou fator social e fenômenos da realidade. Ademais, visa buscar informações fidedignas para se explicar com profundidade o significado e as características de cada contexto em que se encontra o objeto de pesquisa (OLIVEIRA, 2005).

Araújo e Borba (2004) enaltecem que uma pesquisa qualitativa deve ter por trás uma visão de conhecimento que esteja em consonância com procedimentos como entrevistas, análises e interpretações. A concretização da pesquisa qualitativa dar-se-á por prioridade através de procedimentos descritivos à medida que sua visão de conhecimento claramente admite interferência das influências descritas, ou seja, tendo o conhecimento como compreensão e não como verdade rígida.

Neste sentido, buscaremos dados em livros, revistas, artigos, documentos e na internet, a fim de analisar o processo histórico da educação média no país, desde a chegada dos jesuítas até a implantação do Programa Ensino Médio Inovador.

Nesse contexto, essa pesquisa assume também o caráter descritivo, pois segundo Gil (2009) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial descrever características de determinado fenômeno ou ainda, de estabelecer relações entre variáveis. Nas palavras de Fiorentini & Lorenzato (2012) uma pesquisa pode ser considerada descritiva quando o pesquisador deseja descrever com detalhes uma situação, um problema ou um fenômeno.

Ancorados nestes autores, pretendemos realizar uma descrição do percurso histórico do Ensino Médio no Brasil, tentando explicitar as razões pelas quais o Programa Ensino Médio Inovador foi implantado no país e se este programa possui base para oferecer um ensino de qualidade aos nossos jovens ratificando o prescrito no conjunto de leis relacionadas à educação.

5. O PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR

5.1 Aspectos Nacionais

Na estrutura do sistema educacional brasileiro, analisando o seu contexto histórico, o Ensino Médio sempre exerceu uma etapa transitória, entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior, sendo situado como etapa da Educação Básica a partir da LDB/96, tendo diretrizes e finalidades fincadas nos artigos 35 e 36 da Lei 9.364/96. Ao ser considerado como etapa final da Educação Básica,

[...] o Ensino Médio deve compreender momento constitutivo do processo de escolaridade em nossa visão sistêmica, crítica e relacional de educação, no qual a gestão e a pedagogia escolares enfrentam questões próprias e complexas, em função, dentre outras coisas, da coorte populacional que incorpora como população estudantil e a qual tem o dever de coordenar não apenas a formação da e para a cidadania ativa, mas também a preparação para a educação superior ou a socialização de saberes, conteúdos e formas de pensar que ensejem o desejo para o trabalho e para a vida produtiva (GOMES, *et al.* 2011, p. 83).

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM (BRASIL, 2013) “o Ensino Médio é um direito social de cada pessoa, e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos” (Art. 3º) e que “[...] em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se [...] (Art. 5º) na “formação integral do estudante” (Art. 5º, Inciso I).

Para tanto, “A formação humana integral implicam competência técnica e compromisso ético, que se revelem em uma atuação profissional pautada pelas transformações sociais, políticas e culturais necessárias à edificação de uma sociedade igualitária.” (BRASIL, 2013, p. 34).

Face ao dito, o Ministério da Educação entende que este nível de ensino apresenta o mais elevado nível de complexidade quando se trata de estrutura de políticas públicas e do confronto com os desafios que a sociedade impõe (BRASIL, 2009, p. 3).

O MEC sabe que as deficiências do nosso Ensino Médio são gravíssimas. Sabe que, neste particular, a nossa educação básica deságua em uma educação sem base, o que nos joga de costas para os anseios do desenvolvimento tecnológico do país e do mundo. E, não menos grave, sabe que grande parte dos cidadãos brasileiros é abandonada ao risco de uma cidadania menor. Pessoas sem educação escolar básica e, portanto,

sem as precondições para um tirocínio profissional dentro das exigências da sociedade do conhecimento, têm um futuro declinante (CARNEIRO, 2012, p. 11).

Em resposta aos desafios enfrentados pelo Ensino Médio no país e com a finalidade de:

Colaborar na consolidação de políticas de fortalecimento do ensino médio, o Ministério da Educação propõe um programa de apoio para promover inovações pedagógicas das escolas públicas de modo a fomentar mudanças necessárias na organização curricular desta etapa educacional e o reconhecimento da singularidade dos sujeitos que atende (BRASIL, 2009, p. 5).

O programa recebe o nome de Ensino Médio Inovador, aprovado em 30 de junho de 2009 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e instituído pela portaria nº 971 de 09 de outubro do mesmo ano, com a finalidade de

[...] incentivar as redes estaduais de educação a criar iniciativas inovadoras para o ensino médio. A intenção é estimular as redes estaduais de educação a pensar novas soluções que diversifiquem os currículos com atividades integradoras, a partir dos eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, para melhorar a qualidade da educação oferecida nessa fase de ensino e torná-la mais atraente (BRASIL, 2011, p.1).

O Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) se direciona para aspectos que estão relacionados à permanência do estudante na escola e à qualidade oferecida em seus serviços. São ações que refletem a preocupação do Governo Federal com a qualidade deste nível escolar. O documento orientador menciona que,

A identidade do Ensino Médio se define na superação do dualismo entre propedêutico e profissionalizante. Importa, ainda, que se configure um modelo que ganhe identidade unitária para esta etapa da Educação Básica e que assuma formas diversas e contextualizadas, tendo em vista a realidade brasileira (BRASIL, 2009, p. 04).

O PROEMI tem por objetivo a melhoria da qualidade do Ensino Médio ofertado aos estudantes em escolas públicas estaduais do país e, busca a:

Superação das desigualdades de oportunidades educacionais; Universalização do acesso e permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos no Ensino Médio; Consolidação da identidade desta etapa educacional, considerando a diversidade de sujeitos; Oferta de aprendizagem significativa para jovens e adultos, reconhecimento e

priorização da interlocução com as culturas juvenis (BRASIL, 2009, p. 05).

Após a promulgação da LDB, o país massificou o acesso a este nível de ensino, embora tenha ampliado a oferta de vagas para o Ensino Médio, o maior desafio está em conduzir o aluno às escolas e garantir sua permanência na sala de aula, pois segundo o documento orientador do PROEMI, (ibidem) 1,8 milhões de jovens com idade entre 15 e 17 anos estavam fora das instituições de ensino em 2009.

A proposta do Ministério de Educação e Cultura (MEC) é conduzir os jovens à escola, oferecendo-lhe condições para que esses jovens concluam esta etapa de escolarização com qualidade e obtenham uma complementação de sua formação humana integral.

Para tanto, faz-se necessário que as instituições encarem o desafio de compreender o significado do sujeito jovem e estudante da contemporaneidade. Pois conforme Brasil (2013, p. 08) “se queremos compreender, é necessário conhecer. E, da mesma forma, reconhecer – experiências, saberes, identidades culturais – é condição para o relacionamento e o diálogo”.

Destarte, compete às instituições escolares perceberem como o jovem estudante constrói suas particularidades, sua identidade juvenil, o que se torna um passo importante à compreensão das experiências, necessidades e expectativas desse jovem.

É nesse contexto que o PROEMI surge como instrumento para induzir o redesenho dos currículos do Ensino Médio, de forma que “contemple a interface entre os conhecimentos das diferentes áreas e a realidade dos estudantes, atendendo suas necessidades e expectativas” (BRASIL, 2014, p. 3)

Conforme o documento orientador (BRASIL, 2014) o Projeto de Redesenho Curricular (PRC) deve ser elaborado pelas escolas, obedecendo as normas vigentes no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e no próprio PROEMI, tendo apoio técnico-financeiro do MEC que será destinados, anualmente, às escolas com PRC aprovado.

O documento orientador destaca que o PRC deve:

[...] atender às reais necessidades das unidades escolares, promovendo melhorias significativas e garantindo o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes, reconhecendo as especificidades regionais e as concepções curriculares implementadas pelas redes de ensino (BRASIL, 2014, p. 4).

O PROEMI estabelece um referencial de tratamento curricular, indicando as condições necessárias à implantação do PRC, entre as quais destacamos:

Carga horária mínima de 3.000 (três mil horas), entendendo-se 2.400 horas obrigatórias, acrescidas de 600 horas a serem implantadas de forma gradativa; Ações que articulem os conhecimentos à vida dos estudantes, seus contextos e realidades, a fim de atender suas necessidades e expectativas, [...]; Foco na leitura e letramento como elementos de interpretação e de ampliação da visão de mundo, basilar para todas as áreas do conhecimento; Atividades teórico-práticas que fundamentem os processos de iniciação científica e de pesquisa, utilizando laboratórios das ciências da natureza, das ciências humanas, das linguagens, de matemática e outros espaços que potencializem aprendizagens nas diferentes áreas do conhecimento; Oferta de ações que poderão estar estruturadas em práticas pedagógicas multi ou interdisciplinares, articulando conteúdos de diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento (BRASIL, 2014, pp. 5-6).

O documento inclui, ainda, entre as condições necessárias à implantação do PRC, o fomento às atividades de produção artística, esportivas e corporais, as atividades que envolvam comunicação, cultura digital e uso de mídias e tecnologias, em todas as áreas do conhecimento.

Em síntese, o Ensino Médio Inovador, propõe oferecer ao estudante a possibilidade de escolher 20% de sua carga horária e grade curricular; a mudança da carga horária mínima de 2.400 horas para 3.000 horas; associar teoria e prática, com ênfase a atividades práticas e experimentais; valorizar a leitura em todas as áreas do conhecimento; e garantir a formação cultural ao aluno, além de inseri-lo no meio tecnológico.

Para se alcançar tais objetivos o documento propõe que as disciplinas se organizem de maneira articulada com atividades integradoras, observando os eixos constituintes do Ensino Médio, quais sejam: trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

O documento base explicita que “não se trata de uma proposta fácil” (BRASIL, 2014, p. 18), porém o grande desafio que se descortina deve ser construído gradativamente pelos sistemas e instituições de ensino, de forma que as práticas curriculares e pedagógicas possam conduzir os estudantes a possibilidades de construções intelectuais de alto nível.

Desse modo, busca-se uma escola que não se limite ao interesse imediato, pragmático e utilitário, tendo como objetivo a superação das desigualdades, a criação de uma aprendizagem significativa, prática e atrativa, considerando a diversidade de interesses dos alunos, em consonância com os avanços científicos e tecnológicos.

Para organizar seu PRC a escola deve partir de macro campos e de áreas de conhecimento conforme as necessidades da comunidade escolar como um todo. Os macrocampos são “um campo de ação pedagógico-curricular no qual se desenvolvem atividades interativas, integradas e integradoras dos conhecimentos e saberes, dos tempos, dos espaços e dos sujeitos envolvidos com a ação educacional” (BRASIL, 2014, p. 8).

Os macro-campos foram divididos em:

Acompanhamento Pedagógico (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza); Iniciação Científica e Pesquisa; Leitura e Letramento; Línguas Estrangeiras; Cultura Corporal; Produção e Fruição das Artes; Comunicação, Cultura Digital e uso de Mídias; Participação Estudantil (ibidem, p. 7).

A escola deverá contemplar no mínimo cinco, sendo três obrigatórios (Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa e, Leitura e Letramento), devendo complementar com pelo menos mais dois macro-campos de sua preferência.

O documento destaca ainda que os macro-campos devem seguir as orientações das DCNEM, as quais apontam que as propostas curriculares devem contemplar as dimensões do “trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico; os direitos humanos como princípio norteador e; a sustentabilidade socioambiental como meta universal.” (BRASIL, 2014, p. 7). Sendo assim se pressupõe que o currículo seja elaborado a partir das quatro áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática.

As atividades desenvolvidas por meio desses macro-campos devem ser articuladas a outros macro-campos bem como a ações interdisciplinares da escola. Orienta-se que as ações podem ser desenvolvidas em forma de projetos, seja de estudo ou pesquisas de campo.

Visando um bom desempenho educacional das escolas que aderiram ao PROEMI é importante atentar para a infraestrutura dessas escolas, uma vez que esta detém importância fundamental no processo de ensino aprendizagem. É interessante que as instituições de ensino possuam uma infraestrutura com padrões suficientes para oferecer ao estudante um aprendizado qualitativo, estimulando sua permanência no curso praticado.

Acerca dessa temática o documento base do PROEMI aponta sete linhas de ação: Fortalecimento da Gestão Estadual de Ensino Médio; Fortalecimento da Gestão das Unidades Escolares; Melhoria das Condições de Trabalho Docente e Formação

Continuada; Apoio às Práticas Docentes; Desenvolvimento do Protagonismo Juvenil e apoio ao aluno jovem e adulto trabalhador; e, Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, cada uma com até quatro componentes.

O documento discorre sobre cada uma dessas linhas de ação, ressaltando a importância destas para o desenvolvimento do programa, de forma que os ambientes escolares possuam instalações adequadas para o pleno exercício de suas atividades curriculares, espaços e recursos pedagógicos apropriados às dinâmicas de ensino que se constituam pressupostos que deem condições para o sucesso de seus aprendizes.

Face ao dito, constata-se que o programa Ensino Médio Inovador, em sua proposta, proporcionará um ensino de qualidade para os estudantes brasileiros, porém, deve-se promover uma melhoria universal, alcançando todas as escolas, do contrário, o projeto poderá sofrer dos mesmos males pelos quais passaram os Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAMS); o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC) e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS); O Centro Educacional Unificado (CEU), implantados na região Sudeste do país na década de 1980.

“O problema desses investimentos é que eles são onerosos, não atendem a totalidade do alunado e geralmente sofrem solução de continuidade, quando muda a gestão do governo” (ARANHA, 2006, p. 323).

5.2 Aspectos Estaduais

Segundo notícia veiculada pelo Portal Planalto, até 2016, estados e municípios deverão se adequar para atender alunos de 04 a 17 anos de idade, visando cumprir a obrigatoriedade de pais e responsáveis que deverão matricular seus filhos na educação básica. Tal obrigatoriedade é determinada pela Lei 12.796 de 4 de abril de 2013. O objetivo dessa lei é ajustar a LDB à emenda constitucional 59/2009, que tornou obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos quatro anos.

O Projeto de Lei nº 8.035/2010 que trata do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, em sua meta 3, pretende: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento, nesta faixa etária” (BRASIL, 2010).

Na busca do cumprimento à legislação acima descrita o Governo do Estado da Paraíba se compromete em implementar políticas que assegurem a obrigatoriedade da Educação Básica, bem como garantir o acesso, o atendimento e a qualidade de ensino (PARAÍBA, 2013).

O Governo Estadual no documento orientador do PROEMI concorda com o MEC ao dizer que o Ensino Médio “tem se constituído na etapa que apresenta maior grau de complexidade no que diz respeito à estruturação e ao desenvolvimento de ações que respondam efetivamente às necessidades e expectativas estabelecidas pela sociedade para os jovens e adultos” (PARAÍBA, 2013, p. 05).

Embora haja esforço do Governo Estadual em garantir tais implementações de políticas e ações que fortaleçam a melhoria do ensino e aprendizagem do Ensino Médio, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹ nos últimos anos (2009 e 2011) nas escolas públicas da rede estadual, mostra que suas médias foram 3,0 e 2,9, respectivamente. Percebemos um decréscimo, entretanto a rede estadual de educação manteve-se, no ano de 2011, dentro da meta projetada pelo Ministério da Educação.

O Governo da Paraíba entende que esses dados representam desafios, e objetivando a superação destes, tem se mobilizado por meio da Secretaria de Estado de Educação e das Gerências Executiva do Ensino Médio e Educação Profissional, com o intuito de gerar avanços que garantam “a efetivação, o acompanhamento e o monitoramento das atuais políticas voltadas para esta etapa de ensino, com vistas a promover mudanças na (re)organização da escola e na (re)orientação do trabalho pedagógico” (PARAÍBA, 2013, pp. 8-9).

Com o intuito de provocar melhorias nos Ensino Médio, o governo do Estado firma convênio com o MEC em 2009 para implantar o PROEMI, o que só consegue fazê-lo em 2012. Inicialmente, 26 escolas da rede pública da Paraíba aderiram ao programa. Com isso a Secretaria de Educação da Paraíba “objetiva, em linhas gerais, desenvolver propostas curriculares inovadoras, ampliando o tempo de permanência dos estudantes na escola e

¹ “O IDEB pretende ser o termômetro da qualidade da Educação Básica em todos os estados, municípios e escolas do Brasil” (BRASIL, 2008, p.4). Para tanto conta com dois indicadores: o fluxo escolar e o desempenho dos educandos. O primeiro baseia-se na passagem dos alunos sem repetição de anos, avaliados pelo Educacenso; o segundo passa pela avaliação da Prova Brasil nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa. Através da avaliação realizada pelo IDEB torna-se possível conhecer a situação das escolas brasileiras. Assim, esse instrumento é uma ação concreta e através do mesmo pode-se fazer adesão às metas de compromisso e receber incentivos financeiros do MEC.

buscando a garantia da sua formação integral” (PARAIBA, 2013, p. 09), que é o direcionamento proposto pelo PROEMI.

Um dos fatores que levaram três anos para o PROEMI ser implantado na Paraíba deve-se (segundo o portal Observatório da Educação que buscou informações em duas escolas do estado) ao fato da Secretaria de Estado da Educação não autorizar a gratificação aos professores, pois estes teriam carga horária ampliada, bem como não ofereceu as capacitações e outras orientações elencadas no PROEMI para funcionamento das escolas.

Entretanto, a Secretaria de Educação afirmou ao Observatório da Educação que o PROEMI, não avança na Paraíba “devido às turbulências políticas locais (a Paraíba teve três governadores em quatro anos) e ao MEC, que não repassou as verbas destinadas ao governo estadual”²

O MEC pode não ter repassado as verbas ao governo do estado, mas para as escolas ele o fez, conforme observamos ao realizarmos uma busca eletrônica³ no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

As imagens abaixo mostram que pelo menos duas escolas receberam verbas referente ao PDDE como apoio escolar ao PROEMI.

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA						
Data Pcto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C
02/AGO/2010	517974	50.000,00	Apoio Escolar - PDDE ENS MÉD INOVADOR	BANCO DO BRASIL	0200	0000062324

Fonte: MEC/FNDE

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA						
Data Pcto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C
02/AGO/2010	517974	70.000,00	Apoio Escolar - PDDE ENS MÉD INOVADOR	BANCO DO BRASIL	1636	0000368563

Fonte: MEC/FNDE

No ano de 2013, o PROEMI se expandiu, sendo implantado em mais 22 escolas, a expansão do programa no estado é atribuída pela Gerência Executiva do Ensino

²Informações obtidas no site do Observatório Educacional:

http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php?view=article&id=1038%3Aescolas-tem-dificuldades-para-aplicar-o-ensino-medio-inovador&option=com_content&Itemid=98. Acesso em: 16 ago. 2011.

³O leitor poderá buscar informações acerca de repasses do programas do Governo Federal destinados à educação no seguinte endereço: http://www.fnede.gov.br/pls/simad/internet_fnede.LIBERACOES_01_PC?p_ano=2010&p_programa=&p_uf=PB&p_municipio=120170.

Médio e Educação Profissional ao fato de que o redesenho curricular proposto pelo programa, em que se fundamenta nas inter-relações entre os eixos: Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura, traz importante contribuição na construção nas bases de sustentação para um novo Ensino Médio que se descortina na Paraíba.

A Secretaria de Estado da Educação adota o PRC estabelecido pelo MEC e defende a integração de outras ações, dentre as quais destacamos:

Introdução de atividades pedagógicas, trabalhadas nos macro-campos, em forma de projetos de aprendizagem, planos de Intervenção, tendo como objeto de estudo uma problemática ambiental ou de outra natureza, localizada em sua região, visando o fortalecimento do currículo do ensino médio por meio da pesquisa/ação (intervenção); Realização de projeto de leitura com os estudantes, envolvendo todas as áreas do conhecimento, com o objetivo de trabalhar as dificuldades de leitura, compreensão de textos e incentivar a produção de publicações feitas pelos estudantes; Acompanhamento e avaliação bimestral, de desempenho dos estudantes, por disciplina, por meio dos projetos desenvolvidos e da frequência escolar; Realização de Feiras, Olimpíadas, Encontros, Seminários, com foco nas Linguagens, nas Ciências Humanas, nas Ciências da Natureza e na Matemática, como forma de incentivo às práticas de pesquisa e ações curriculares vivenciadas pelos estudantes; Implementação e estímulo de Grupos de Estudo para os professores se apropriarem dos conteúdos dos Referenciais Curriculares do Ensino Médio do Estado da Paraíba e da Matriz de Referência do ENEM (PARAÍBA, 2013, p. 18).

Em relação aos macro-campos, o documento orientador do estado da Paraíba explicita que estes se constituem, assim:

[...] como um eixo a partir do qual se possibilita a integração curricular com vistas ao enfrentamento e à superação da fragmentação e hierarquização dos saberes. Permite, portanto, a articulação entre formas disciplinares e não disciplinares de organização do conhecimento e favorece a diversificação de arranjos curriculares (PARAÍBA, 2013, p. 11).

Em linhas gerais o governo estadual ratifica os oito macro-campos definidos pelo MEC de maneira que as ações presentes em cada macro-campo visem uma interação direta com o estudante, podendo incluir, também “ações de formação dos professores, gestão escolar e adequação dos ambientes escolares” (BRASIL, 2014, p. 07). Para o documento orientador nacional torna-se fundamental que as ações elaboradas para cada macro-campo visem as áreas do conhecimento, atendendo as orientações das DCNEM.

O documento orientador define os tempos escolares em atendimento ao PROEMI, fazendo a distribuição da carga horária para a gestão, técnicos pedagógicos/supervisores e professores de 40 horas semanais de efetivo exercício, em que Professores devem cumprir “20h de efetivo exercício da docência; 20h de Estudo, Planejamento e outras atividades, assim distribuídas: 5h para Estudo e 5h de Planejamento, por Área de Conhecimento semanalmente” (PARAÍBA, 2014, p. 15).

No que concerne ao estudante a carga horária é de tempo integral, sendo sete horas e trinta minutos de aula por dia, com exceção das sextas-feiras que os estudantes devem ser liberados após a refeição.

Por fim o documento entende que a avaliação da aprendizagem, no tocante aos macro-campos e seus elementos curriculares, deve ser realizada por meio de metodologias que, com prioridade, dê privilégios ao sentido diagnóstico, ao processo formativo e somativo de seus educandos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses quinhentos anos de ensino no Brasil, a história nos mostra que a educação esteve ao lado das elites, quer sejam políticas, quer sejam financeiras. O professor continuamente foi deixado à revelia, sempre à margem do processo educacional, pelos baixos salários, pela má formação e pelas precárias condições de trabalho. Na atualidade, a democratização do ensino público é uma necessidade social para as transformações do mundo do trabalho, para o desempenho socioeconômico e técnico-científico. Contudo, o que vemos, no Brasil, é que a educação possui um caráter de mercadoria ou serviço que pode ser adquirido e não um direito de todos, reafirmando sua condição competitiva, fragmentada e seletiva.

Superar essa desigual histórica existente no Ensino Médio no Brasil demanda pesados desafios para transformar essa realidade, caracterizada como problema político e não pedagógico, pois “a dualidade estrutural tem suas raízes na forma de organização da sociedade, que expressa as relações entre capital e trabalho; pretender resolvê-la na escola, através de uma nova concepção, ou é ingenuidade ou é má fé” (KUENZER, 2007, p. 34).

Nessa perspectiva, para superar a realidade, seria necessário a democratização do Ensino Médio adotando clareza de propósitos nessa direção, assim como a injeção de investimento financeiro que venha a descaracterizar o assistencialismo e a filantropia ou estratégia de alívio da pobreza como vem se caracterizando ao longo da história da educação brasileira.

Nas últimas décadas, verificou-se que as reformas do sistema educacional procuraram superar a dualidade entre o ensino médio propedêutico, caracterizado como um estágio preparatório para os cursos superiores e o ensino médio profissionalizante, que tem como finalidade a formação para o mercado de trabalho. Esta dualidade, como tratado no tópico A Trajetória Histórica da Educação no Brasil se difundiu no Período Colonial, estando presente na educação até os dias de hoje.

Nas últimas décadas, na tentativa de sanar tal situação e proporcionar um ensino de qualidade para os cidadãos, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de nº 9.394/96 que regulamenta a organização curricular do Ensino Médio e o Decreto nº 5.154/04 que regulamenta a educação profissional. Mais recentemente, no ano de 2014, foi aprovado e sancionado o Plano Nacional de Educação (PNE 2011 – 2020) pela presidente Dilma Rousseff, o qual é composto por 20 metas e 170

estratégias que gradativamente deverão ser cumpridas, e paulatinamente a educação básica no país receberá maiores recursos, de forma que até 2020, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) seja destinado à educação.

Entretanto, é importante destacar que apesar das inúmeras tentativas de superação, a dualidade do Ensino Médio ainda estar presente na realidade da educação brasileira.

Face ao exposto, considera-se que não basta estabelecer decretos ou reformar leis para se fazer a formação profissional de nossos jovens e adultos. É necessário transformar a realidade da sociedade dividida, na qual a rede de ensino promove a inclusão dos socialmente incluídos e exclui a maioria que sonha em profissionalizar-se em um curso de nível superior, porque a formação de técnico, seja de nível médio, seja por meio de cursos aligeirados e de baixa qualificação são socialmente estigmatizados.

Dessa forma, aos socialmente excluídos não resta opções: não há vagas para todos nas universidades públicas, e o ensino profissionalizante público ou privado é de baixa qualidade na pretensão de formar para o fazer negando-lhes a formação geral. Mais amplamente, será necessário resgatar a centralidade do ser humano no cumprimento das finalidades do Ensino Médio e da educação profissional, pois o objetivo não é somente a formação de técnicos, mas de pessoas que compreendam a realidade, que possam também atuar como profissionais capazes de dirigir ou de controlar quem dirige.

Diante do exposto, esperamos que o Programa Ensino Médio Inovador possa reverter o atual quadro educacional do país, pois trata-se de um programa ambicioso e por meio dele as escolas têm uma oportunidade de dinamizar a metodologia do ensino médio através de integração das disciplinas ou de interdisciplinaridade, possibilitando a comunidade escolar escolher temas, disciplinas, oficinas e projetos de interesse dos alunos para as aulas tornarem-se mais atrativas e dinâmicas.

7. REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria L.A. *História da Educação e da pedagogia: Geral e Brasil* – 3. ed. – rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, J. L.; BORBA, M. C. (org) *Pesquisa qualitativa em educação matemática*. Belo Horizonte. Autêntica, 2004.

BARROS, R.P. et al. *Bomba-relógio. Especial Ensino Médio*. In: Revista Educar para Crescer. Abril, Ano XXVI, nº 239, jan/fev, 2011.

BELLO, José Luiz de Paiva. *Educação no Brasil: a História das rupturas*. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:
<<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 24/05/2014.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Matemática*. Brasília, MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília. MEC, 2000.

_____. Ministério da Educação. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Volume 2. Brasília: MEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. *PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores*. Brasília: MEC, SEB; INEP, 2008.

_____. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências*. Brasília, 2010.

_____. Secretaria de Educação Básica. *Formação de professores do ensino médio, etapa I – caderno I: ensino médio e formação humana integral*. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Programa Ensino Médio Inovador: documento orientador*. Brasília: MEC, SEB, 2014.

_____. Presidência da República. *Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971*. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 14 de junho de 2014.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em 14 de junho de 2014.

_____. CNE. *Conselho Nacional de Educação (CNE)*, Resolução Nº 04, de 15 de julho de 2014.

_____. Portal da Legislação. *Legislação Federal do Brasil*. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FpagInicio%3FOpenPage%26AutoFramed>. Acesso em 15 de junho de 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2009/indic_sociais2009.pdf. Acesso em: 16 de junho de 2014.

CARNEIRO, Moaci Alves. *O nó do Ensino Médio*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DOURADO, Luiz Fernando (Org.). *Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas*. – 2.ed. – Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FIORENTINI, Dario.; LORENZATO, Sergio. *Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos* – coleção formação de professores – 3. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

GERMANO, J. W. *Estado Militar e Educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1994.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Alfredo M. et al. A educação básica e o novo Plano Nacional de Educação. In:

GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação científica*. – 3. ed. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

JUNIOR, Paulo Ghiraldelli. *Introdução à Educação Escolar Brasileira: História, Política e Filosofia da Educação*, [versão prévia] 2001. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/introdu-edu-bra.pdf>. Acesso em: 28 de mar. 2011.

KUENZER, Acacia Zeneida. *Ensino Médio - Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOMBARDI, J. C. *Periodização na História da Educação Brasileira: aspecto polêmico e sempre provisório*, Campinas: HISTEDBR, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Recife: Ed. Bagacho, 2005.

PARAIBA. Secretaria de Estado da Educação. *Documento Orientador: Programa Ensino Médio Inovador*. SEE-PB, João Pessoa, 2013.

PEREIRA, S.C.S.; PASSOS, G.O. *Educação e Dualidade – A trajetória da educação média no Brasil*. Disponível em:
http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.9/GT_09_01_2010.pdf. Acesso em: 31/05/2014.

PLANALTO, Portal. *Lei torna obrigatória matrículas de crianças na educação básica aos 4 anos a partir de 2016*. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/excluir-historico-nao-sera-migrado/lei-torna-obrigatoria-matriculas-de-criancas-na-educacao-basica-aos-4-anos-a-partir-de-2016>. Acesso em: 26 jun. 2014.

RODRIGUES, Cinthia. *Ensino Médio afasta aluno da escola*. IG, São Paulo, 2011, Disponível em:
<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/ensino+medio+afasta+aluno+da+escola/n1238085086879.html>. Acesso em 04/04/2011 às 12h40m.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 28^a. Ed. Vozes, Petrópolis - RJ, 2003.

SAVIANI, Dermeval. *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias*. Mundo em Mudanças, módulo I. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1998a.

SOARES, T.M.; CASTRO, C.M; NETO, E.R. *Por que você perde seus alunos? Especial Ensino Médio*. In: Revista Educar para Crescer. Abril, Ano XXVI, nº 240, março, 2011.

ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília – DF: Editora Plano, 2004.